



5247 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT15 - Educação Especial

ENSINO COLABORATIVO, INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁXIS: A PERSPECTIVA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Tereza Hortencia da Silva Azevedo - UFS - Universidade Federal de Sergipe
Marilene Batista da Cruz Nascimento - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Julita Batista da Cruz Lopes - UFS - Universidade Federal de Sergipe

ENSINO COLABORATIVO, INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁXIS: A PERSPECTIVA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS[\[1\]](#)

Resumo

Este estudo tem por objetivo descrever a configuração do ensino colaborativo nas produções da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), visando à identificação de práticas educativas diferenciadas. Trata-se de uma investigação teórica, do tipo estado do conhecimento, que utilizou a análise textual discursiva (ATD) para trabalhar os dados coletados. Os resultados sinalizaram que o ensino colaborativo como apoio à inclusão de deficientes ainda é incipiente nas publicações. Em contrapartida, a temática formação de professor e a *práxis* constituem-se como possibilidades norteadoras para o processo de intervenção da inclusão escolar. Acredita-se que o ensino colaborativo potencializa conhecimentos e habilidades, atitudes e valores para a (re)construção da *práxis* pedagógica, com vistas à promoção de aprendizagem significativa de estudantes com deficiência, como também àqueles que não necessitam de atendimento especializado.

Palavras-chave: Ensino colaborativo. Inclusão escolar. *Práxis*.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial[\[2\]](#), como política pública, estabelece que seja garantida aos alunos com deficiência física, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades um atendimento especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, tendo como documento norteador a Resolução do Conselho Nacional da Educação n.º 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.

A organização dos alunos público-alvo da educação especial em escolas regulares, na perspectiva da educação inclusiva[\[3\]](#), vai além da matrícula em salas de recursos multifuncionais (SRM). O atendimento requer um planejamento integrado, particularmente, pelo desenvolvimento de uma prática pedagógica articulada entre os profissionais das classes comuns e das SRM.

Partindo dessa premissa, emergiu o seguinte problema desta pesquisa: qual a configuração do tema ensino colaborativo como apoio à inclusão de deficientes, pela complexidade de que se reveste, nas produções científicas da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com vistas ao desenvolvimento de práticas educativas diferenciadas?

Tem-se, assim, como objetivo descrever a configuração do ensino colaborativo[\[4\]](#) nas publicações da ANPEd, visando à identificação de práticas educativas diferenciadas no AEE. Trata-se, ainda, de uma pesquisa teórica, do tipo estado do conhecimento[\[5\]](#), que se revela como uma fonte de produção científica por contribuir com rupturas de pré-conceitos e formação da memória da educação.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Metodologicamente, esta investigação utilizou as produções científicas publicadas em dois Grupos de Trabalho (GT)[\[6\]](#) da ANPEd, a saber: GT08 - Formação de Professores e GT15 - Educação Especial, correspondentes às publicações da 34ª, 35ª, 36ª, 37ª e 38ª Reuniões Nacionais, no período de 2011 a 2017[\[7\]](#). Ver tabela 1.

Os dados coletados nos artigos da ANPEd foram trabalhados à luz da análise textual discursiva (ATD), de Moraes e Galiazzi (2007), entendida como processo auto-organização em três fases: a) unitarização constituída pela codificação[\[8\]](#) e organização das unidades significativas por meio da leitura flutuante dos títulos e resumos[\[9\]](#); b) categorização realizada pelo agrupamento de elementos semelhantes; c) construção do metatexto que implicou na configuração do ensino colaborativo, emergindo duas categorias: **inclusão escolar** e **práxis**.

3 ENSINO COLABORATIVO: configurações preliminares das produções

A categoria inclusão escolar perpassa pela compreensão de que a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, visa à superação do movimento de integração, iniciado na década de 1980, que exigia dos alunos de escolas ou classes especiais uma adaptação às rotinas das salas de aula, aos métodos de ensino, ao currículo (GLAT, 2011). Esse processo evidencia que as “[...] políticas de educação especial [...] disseminam um discurso em defesa da matrícula de todos os alunos no ensino regular, mas não disponibilizam condições para [a oferta] de um ensino de qualidade” (T2581-2013).

A concepção dos professores sobre inclusão escolar contempla a falta de interação entre os professores da classe comum e do AEE, como também a do fortalecimento da inclusão na proposta de colaboração, considerando a especificidade da prática pedagógica desenvolvida no cotidiano e, conseqüentemente, na formação inicial e continuada desses docentes. Há uma “[...] precarização das condições de trabalho dos professores que atuam nesse espaço e do

processo de escolarização dos alunos [...]” (T2581-2013).

Por outro lado, há formações exitosas sobre práticas pedagógicas colaborativas entre os professores da classe comum e os das SRM, sendo os docentes atores fundamentais. No entanto, existem desafios que precisam ser dirimidos, como a falta de “[...] tempo dos professores e disponibilidade para o trabalho em equipe” (T3987-2015).

Passados anos da regulamentação do processo de inclusão escolar no sistema de ensino brasileiro, muito ainda tem a avançar. O atendimento às exigências da educação inclusiva acerca das mudanças nos currículos, nas formas de avaliação e na formação de professores, perpassa pelo confronto crítico frente aos desafios postos pelo cotidiano escolar, como uma prática baseada na reflexão-ação-reflexão e a indissociabilidade entre teoria e prática vinculando o respeito às diferenças. Isso significa que

[...] entre os valores e os conhecimentos priorizados para pensar e, conseqüentemente, agir estão fortemente vinculados ao cuidado e aceitação das diferenças, sem, no entanto, articulá-los, significativamente, aos conhecimentos técnicos que podem qualificar a *práxis* docente. (T2785-2013).

[...] há limites quando se considera a totalidade de demandas de formação dos professores e o que se é possível contemplar via experiências de ensino colaborativo. (T1969-2012).

[...] pensar numa reestruturação curricular nos cursos de formação docente inicial [...] para que os futuros professores possam sair, se não preparados, ao menos familiarizados com os conceitos relativos à educação especial e sensibilizados pelos princípios da educação inclusiva. (T4562-2015).

Percebe-se que a “[...] inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta [...]” (MANTOAN, 2005, p. 67) a mediação e a colaboração entre os docentes das classes comuns e das SRM. Para tanto, cabe uma ressignificação da *práxis*, aqui, entendida como “[...] a unidade teoria se caracteriza pela ação-reflexão-ação [...]. Este pensar reflete o ser humano enquanto ser histórico, ou seja, o pensar do professor é condicionado pelas possibilidades e limitações pessoais, profissionais e do contexto em que atua” (PIMENTA, 2007, p. 38).

Nessa direção, o ensino colaborativo deve ser “[...] compreendido como a parceria entre professores do ensino comum e ensino especial, [apresentando] um potencial estratégico à formação de professores que atuam na inclusão escolar” (T1969-2012). Assim, neste estudo preliminar, o ensino colaborativo nas produções ANPEd apresenta-se, ainda, de forma incipiente, mas com relevância para as práticas educativas diferenciadas.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A configuração do ensino colaborativo como apoio à inclusão de deficientes nas produções científicas, visando ao desenvolvimento de práticas educativas diferenciadas nas reuniões da ANPEd tem pouca evidência. Em contrapartida, a temática formação de professor e a *práxis* constitui-se como possibilidade para o processo de intervenção efetivo na educação inclusiva.

Acredita-se que o ensino colaborativo contribui para dirimir as dificuldades enfrentadas pelo professor no atendimento dos alunos com deficiência em classes comuns, potencializando conhecimentos e habilidades, atitudes e valores na (re)construção da *práxis* pedagógica, com vistas à promoção de aprendizagem significativa de estudantes, deficientes e àqueles que não necessitam de atendimento especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 300f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

GLAT, R. Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. In: LONGHINI, M. D. (org.). **O uno e o diverso na educação**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGUETTI, Rosa G. K. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva**. Editora: Unijuí, 2007.

MOREIRA, M. A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. São Paulo: Centauro, 2010.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr., 2015.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2007.

[1] Este estudo faz parte do levantamento de uma pesquisa de mestrado em andamento.

[2] Esta modalidade de ensino tem como objetivo assegurar recursos e serviços educacionais especiais, de forma complementar e suplementar, promovendo a educação escolar e o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam deficiência, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2011).

[3] Mendes (2006) define educação inclusiva como um paradigma educacional que tem o objetivo de promover o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, rompendo com a exclusão de qualquer minoria, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais.

[4] É compreendido como apoio no qual um professor comum e um professor especializado articulam a responsabilidade de planejar e avaliar o ensino (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

[5] “Este procedimento é proposto em um cenário marcado pela não consolidação da produção da área da Educação no Brasil, pela forte influência de órgãos governamentais na condução da avaliação da produção científica e pelas decorrentes questões políticas e sociais [...]”. (MOROSINI, 2015, p. 103).

[6] A escolha desses GT justifica-se pela relação direta dos temas com a possibilidade de discussão sobre o ensino colaborativo e suas inter-relações com a educação inclusiva.

[7] Esse período tem respaldo no tempo máximo para validação das publicações na área da educação.

[8] A codificação foi efetivada pela numeração mista de alfabeto e números. Ao lado da letra T que indica o trabalho, acrescentou-se o código da pesquisa da base de dados e colocou-se, ainda, o ano. Exemplo: T2581-2013.

[9] Foram publicados 229 artigos, 121 do GT-08 e 108 do G-15, dos quais 12 têm relação com o ensino colaborativo.